



**CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS EM VITÓRIA  
DA CONQUISTA (1997 a 2015): MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL<sup>1</sup>**

Carlos Alberto Maciel Públio<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO**

A memória social acerca da institucionalização da criança e do adolescente foi sendo construída e se tornando hegemônica e transmitida, do passado ao presente, na Europa, no Brasil e no município de Vitória da Conquista, e com ela práticas e valores pretéritos foram reconduzidos nessa tecelagem e convalidados quando deveriam ser desprezados a partir de 1988, com a aprovação da Constituição Federal da República e em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando crianças e adolescentes adquiriram o status de sujeitos de direitos, e quando, também, a família tornou-se o local essencial para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em detrimento das práticas rotineiras estatais de institucionalização desses indivíduos.

Assim, tornou-se imprescindível conhecer os processos de institucionalização que foram sendo elaborados ao longo da história de Vitória da Conquista, segundo as tramas sociais e políticas engendradas pelos grupos de referência, e, de certo modo, dialogar com o contexto nacional, que, por sua vez, não deixou de exercer influência local. Mais ainda, analisar como esse processo repercutiu e ainda repercute na instituição de acolhimento de crianças e adolescente existente no município de Vitória da Conquista – a Casa de Acolhimento –, nosso *locus* da pesquisa. Elegemos o período compreendido entre 1997 e 2015, momento em que se observa no município mudanças significativas na área da infância e da adolescência, com a criação de diversas políticas públicas.

Apoiados em Maurice Halbwachs (1985), consideramos que a memória social se ancora em quadros sociais - contextos, tempo, lugar, visões de mundo, valores, que servem de baliza para a continuidade da memória, e que a memória coletiva de grupo se ampara

1 A professora Lívia Diana Rocha Magalhães foi Orientadora da Tese que tratamos neste resumo

2 Doutorando em Linguagem: Memória e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: carlospublico108@hotmail.com



nas experiências compartilhadas no tempo e no espaço.

Para o sociólogo Halbwachs, toda recordação é atualizada por determinados interesses sociais, coletivos (HALBWACHS, 1985); os indivíduos reconstruem o passado, segundo os interesses presentes e os quadros sociais de referência. Como isso, observamos com o processo de institucionalização de crianças e adolescentes nas legislações foi sendo moldado e remodelado a partir de interesses e expectativas sociais.

Balizamo-nos na seguinte questão de pesquisa: como determinadas experiências pretéritas sobre institucionalização de crianças e adolescentes atravessaram o tempo e continuam sendo referenciadas nos dias atuais como práticas cotidianas que se mantêm, apesar de significativas transformações legais, dificultando a operacionalização e a execução de políticas públicas que garantam a consolidação dos direitos de crianças e adolescentes numa perspectiva de reconhecimento social de direitos?

Partimos da seguinte hipótese: não obstante evidentes as mudanças dos métodos e das concepções legais da institucionalização de criança e adolescentes, há muitas práticas passadas enraizadas no presente que acabam sendo reveladas por meio de ações, valores, vivências individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos no processo, revelando persistência de uma cultura de oclusão de direitos que, historicamente, marcou o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio das práticas atemporais utilizadas e reutilizadas pelo Estado de rompimento precipitado de vínculos familiares. Essas ações têm criado dificuldades na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, insculpidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, gerando divergências e ambiguidades entre o que está justaposto na norma legal e o que está sendo efetivado na prática social.

## **METODOLOGIA**

Para consecução do objetivo, revisitamos as legislações aprovadas para garantir o direito de crianças e adolescentes e que tratam do acolhimento institucional, diversos documentos oficiais governamentais e não governamentais, como atas, relatórios, portarias, resoluções, decretos municipais e diversos jornais que circularam na cidade durante o período compreendido entre 1940 a 1990.

Entrevistamos, por meio de entrevistas semiabertas, pessoas envolvidas profissionalmente e comprometidas com a questão: coordenadora da Casa de Acolhimento,



promotor público, defensor público, juiz, dois conselheiros tutelares, dois ex-conselheiros tutelares, três lideranças sociais, duas assistentes sociais, psicóloga, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, secretária municipal de Desenvolvimento Social, advogado, voluntário do programa Família Acolhedora, duas assistentes sociais, dois educadores sociais, três coordenadores de projetos sociais, três egressos da Casa de Acolhimento e aqueles que estão passando pelo processo de institucionalização: quatro crianças e adolescentes, perfazendo um total de trinta e dois entrevistados. A escolha das pessoas se deu pelo fato de estarem diretamente ligadas ao tema da pesquisa.

A realização das entrevistas teve a finalidade de entender o papel da Casa de Acolhimento junto aos órgãos que procedem aos encaminhamentos de crianças e adolescentes na perspectiva de como se dá o fluxo do acolhimento – do momento inicial até a acomodação da criança e do adolescente naquele espaço; As indagações aos profissionais da Casa de Acolhimento intentaram saber sobre os cuidados havidos no momento do acolhimento; Tencionávamos averiguar se a decisão adotada para chegar à institucionalização seguia as determinações legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

## RESULTADOS

Encontramos na década de 40 indícios do sentimento moderno de infância e de adolescência quando Vitória da Conquista passava por transformações sociais, econômicas e políticas, e as fontes selecionadas se pronunciaram acerca do assunto. Encontramos ações construídas por filantropos, especialmente médicos, advogados, comerciantes e senhoras da elite conquistense. Enquanto o cenário nacional anunciava a laicização da assistência aos pobres, embasada no pensamento difundido pela ciência de rompimento e descrédito na religião (Igreja Católica), em Vitória da Conquista essa assistência ocorria de forma integrada, participativa e de “mãos dadas” entre católicos e filantropos.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, as ações conservadoras e os métodos de institucionalização de crianças e adolescentes tradicionalmente desenhados foram contestados pelos movimentos sociais, que se mobilizavam por demandas em torno de direitos de cidadania grafados na Constituição Federal 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, expressando os valores de liberdade, dignidade e direito a ter direitos,



instruindo formas inéditas de ações de mobilização social.

Em 2006, os processos de institucionalização reaparecem e a presença dos movimentos sociais já não era tão expressiva como se mostrara naquele momento de transição social e legal. Novos sujeitos – juiz e promotor – aparecem mediando esse processo dando a direção à institucionalização de crianças e adolescentes, ancorados em um quadro social de referência, marcado pela efetivação e cumprimento daquilo que está no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA, apesar de tantas contradições e ambiguidades, é apresentado como inovador e que fez uma ruptura total com toda a memória legislativa menorista, entretanto a pesquisa revelou que existem afinidades entre as legislações passadas e as atuais, capazes de sustentar continuidades que transpassam o tempo.

No momento atual, a rede socioassistencial de acolhimento institucional de criança e adolescente em Vitória da Conquista encontra-se em processo de construção e de amadurecimento, cujas ações e intervenções são guiadas pelo pensamento legal. Porém, esse processo mostrou fissuras por onde revelou práticas que se assemelham às respaldadas pelas legislações menoristas como, por exemplo, a institucionalização precoce de crianças e adolescentes; a centralização do processo de institucionalização de crianças e adolescente na esfera judicial; a persistência na reintegração familiar de crianças e adolescentes no seu núcleo de origem, permitindo, assim, que a institucionalização se prolongue por muito tempo; encontramos estatísticas altas de adolescentes envolvidos com o ato infracional de natureza grave e que são diuturnamente assassinados; encontramos famílias que ainda são vítimas da violência e que perdem os seus filhos para as políticas de institucionalização por não oferecerem um ambiente seguro para o desenvolvimento completo de seus filhos. Tais dificuldades são sustentadas em uma memória social ancorada em um quadro social de uma pretensa

“incapacidade” de que esses indivíduos tem de orientar os seus filhos.

Encontramos, também, inovações já em andamento: o Creas rural, o Conselho Tutelar Rural, o Centro Integrado da Infância e da Adolescência, audiências concentradas em tempos exíguos, Projeto Família Acolhedora e uma rede socioassistencial composta por diversos órgãos.

Encontramos, no decorrer da pesquisa, jovens que passaram pelo processo de exclusão de direitos e que saíram dele com o apoio da política pública municipal, outros que ainda sofrem as consequências dessa oclusão social e ainda estão envoltos nesse processo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer à tona determinadas versões sobre a criança e o adolescente institucionalizados no município de Vitória da Conquista, Bahia, e sobre os marcos legais regulatórios, colocamos em evidência que muitas ideias, concepções e valores que permeiam a sociedade são demarcações de memórias que, uma vez transvertidas de emancipatórias, colaboraram e ainda colaboram para reforçar mais situações de exclusão social do que emancipação de grupos alijados dos seus direitos humanos fundamentais.

Memória que reforça ainda mais a condição desses indivíduos como excluídos socialmente e revalida o quadro social da institucionalização como forma de proteger crianças e adolescentes das más influências do seu meio social e familiar, além de resguardar a sociedade da presença incômoda desses indivíduos e de fomentar práticas mais ostensivas de controle social.

**Palavras-chave:** Criança. Adolescente. Acolhimento institucional.

## REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1985.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

PÚBLIO, Carlos Alberto Maciel. **Memória social e coletiva da institucionalização de crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista, Bahia, e seus reflexos na Casa de Acolhimento (1997 a 2015)**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Tese (doutorado). Vitória da Conquista, Bahia, 2016.